

5

RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

A família foi, indubitavelmente, a matriz da sociedade brasileira, ajudando a formar desde as instituições jurídicas às particularidades políticas e psicológicas da população. Especialmente, nos últimos 200 anos, mudanças sociais, culturais e econômicas, e processos de industrialização, proletarização, imigração, aculturação e especialmente urbanização, levaram a uma série de ininterruptas restrições às funções econômicas e políticas da família, e à concentração de funções mais específicas a ela, como a procriação e maior disciplina dos impulsos sexuais. Atentar para as transformações pelas quais passou a família brasileira, permite observar as mudanças ocorridas nas relações de gênero.

5.1

A família patriarcal

Trabalhos históricos afirmam a família patriarcal tradicional como a base de origem da organização familiar brasileira, e apontam, conforme o estrato social e a região do país, o desenvolvimento de diferentes estruturas familiares ao longo dos séculos seguintes.

Desde o início da colonização, favoreceu-se no Brasil o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Esta estrutura econômica, associada a vários fatores, como a excessiva concentração fundiária, a descentralização administrativa local e a acentuada dispersão populacional, levou à instalação de uma sociedade paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiam vital importância (Samara, 1983).

Toda uma conjuntura política, econômica e social favoreceu o estabelecimento de um sistema familiar patriarcal no Brasil. Candido (1951) destaca o fato de que os colonizadores que ocuparam o Brasil no século XVI vieram de zonas rurais e das camadas média e alta da sociedade portuguesa, que, na época, eram conservadoras e oriundas de uma estrutura familiar patriarcal, ou seja, os portugueses que imigraram ao Brasil deram continuidade ao seu sistema cultural familiar.

A família patriarcal, por suas características, estimulava a dependência da autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes. Descrita como extensa, a família patriarcal era composta de duas estruturas: o núcleo e a periferia. No núcleo, na casa-grande, estavam o dono da casa, sua esposa e sua prole legítima, junto com outros componentes de várias origens que mantinham diversos tipos de relações com eles. Na periferia estavam diversos indivíduos ligados ao proprietário por laços de parentesco, concubinato, bastardia, trabalho ou amizade (Samara, 1983; Candido, 1951).

O Brasil colônia caracterizava-se como um ambiente rural, dividido em latifúndios monocultores. A família patriarcal, dispersa nestes latifúndios, era a organização defensiva e o centro de propulsão econômica. Além de o núcleo doméstico agregar as funções econômicas, sociais e políticas mais importantes, ajudava a solucionar os problemas de acomodação sócio-cultural da população livre, atraindo muitos indivíduos a se estabelecerem ao seu redor, expandindo a periferia. O poder da família era tal que ela influenciava a Igreja, o Estado e as instituições econômicas e sociais (Samara, 1983).

Contudo, fazer parte de uma família, na periferia ou no núcleo, implicava numa lista de direitos e deveres. Se, por um lado, era interessante para o indivíduo obter a proteção de uma família, para o patriarca era interessante ter mais um sobre seu jugo, já que nesta sociedade o prestígio era medido pela quantidade de pessoas sob sua influência, e quanto maior o prestígio, maior a projeção política. Neste sentido, mantinha-se o maior número de parentes, amigos, agregados, afilhados e escravos por perto, pois formavam um vasto círculo de aliados (Samara, 1983).

O povoamento do Brasil foi marcado pela imigração de muitos homens aventureiros, solteiros ou casados que emigravam sem as suas famílias e que, freqüentemente, as esqueciam ou não podiam, por alguma razão, voltar a juntar-se às mesmas. Até mesmo os altos burocratas, que eram minoria, quando não preferiam deixar as terras aos cuidados de outras pessoas, resistiam em trazer suas famílias de Portugal. Inclusive, o desinteresse em fixar família no Brasil foi levantado como uma das possíveis causas para o fracasso das capitânias hereditárias (Azevedo, 1961).

Os colonos que se encontravam no Brasil do século XVI, fossem aventureiros ou burocratas, gozavam de uma liberdade nada cristã, pois tinham

quantas mulheres quisessem, além da legítima esposa trazida de Portugal. Apesar de uma promiscuidade acentuada e conseqüente miscigenação, a estrutura de família patriarcal era defendida e exacerbada pela lei, pela religião e pela moral. Embora os homens se relacionassem com mulheres de outras raças (negras, mestiças, índias), o preconceito racial era forte no Brasil colônia, e mesmo após. Tratava-se de um preconceito mais social do que racial, em defesa dos núcleos familiares, sendo a discriminação uma forma de manutenção desta hierarquia. Nas palavras de Candido (1951, p.294):

It was a type of social organization in which the family necessarily was the dominant group in the process of socialization and integration, a group in which the distances were rigidly marked and regulated by the hierarchy¹.

A hierarquia não era só da família nuclear para a periferia, mas também dentro destas. O pronome de tratamento entre os familiares era Senhor e Senhora, e o pedido de benção aos mais velhos era obrigatório. A autoridade paterna era praticamente ilimitada, estando os filhos sobre seu controle até sua morte, sendo normal os filhos residirem ao longo da vida na casa do pai ou em alguma moradia próxima, fornecida pelo patriarca.

Conforme Azevedo (1961), o duplo padrão de moralidade que se observava no Brasil colônia, que tradicionalmente governava as relações dos sexos e o comportamento dos mesmos, permitindo uma ampla liberdade aos homens e vigiando rigorosamente a virgindade e a pureza das mulheres, originou-se de sistemas de valores desenvolvidos na península ibérica em contato com os mouros; das condições morais de um país empobrecido e despovoado como estava Portugal na época da descoberta; dos males morais da escravidão; e das condições econômicas e demográficas da colônia portuguesa.

O casamento, neste sistema familiar, era sobretudo um contrato para fortalecer a união de grupos parentais, visando tanto manter a raça “limpa”, como preservar o *status* e a fortuna. Conforme Candido (1951), mesmo os poucos casamentos inter-raciais que existiram no Brasil colônia tinham finalidade política. A falta de pretendentes para as filhas de famílias ricas levava os pais a colocá-las em tenra idade nos conventos, ou as mandava professar em Portugal.

¹ Era um tipo de organização social na qual a família necessariamente era o grupo dominante no processo de socialização e integração, um grupo no qual as distâncias eram rigidamente estabelecidas e reguladas pela hierarquia (nossa tradução).

Como havia nesta época pouquíssimas mulheres brancas no Brasil, as servas destas famílias eram disputadas pelos colonos para serem desposadas.

Entretanto, casar no Brasil colônia não era comum. Inicialmente, o casamento podia demorar anos, pois dependia da licença que vinha da Metrópole. Mais tarde, com a vinda da Igreja Católica, que passa a reger o casamento, apesar de favorecer a realização deste ao declará-lo, através da “Constituição primeira do arcebispo da Bahia”, em 1707, como um sacramento que dependia apenas do consenso dos envolvidos para ocorrer, limitava-o apenas aos católicos. Além disso, no decorrer do século XVIII a Igreja começa a reforçar a importância da presença do padre nas cerimônias, aumentando o custo desta. O casamento ocorria então, praticamente, nas famílias mais abastadas, devido aos altos custos envolvidos no processo – cerimônia, dote, interesses econômicos – e pelos valores morais e religiosos que nelas predominavam. Nos outros estratos sociais favorecia-se o concubinato (D’Incao, 1996).

Como a satisfação amorosa não era uma opção e a satisfação sexual acabava sendo relegada ao casamento, surgiam muitas relações compensatórias entre parentes ou com subalternos. Devido à mistura étnica, ao regime escravocrata e à baixa densidade populacional, o surgimento de bastardos tornou-se comum. Normalmente, estes filhos ilegítimos eram tolerados, fazendo parte da periferia, ou assumidos indiretamente, sendo criados por outros parentes que não de ascendência direta. Conforme Candido (1951), isto ocorria devido à ascendência ibérica, que costumavam ver os bastardos com mais complacência do que o resto dos europeus. Samara (1983), no entanto, considera este comportamento de aceitação ao paternalismo característico da cultura brasileira. Azevedo (1961), por sua vez, destaca a atitude da Igreja, desde o período colonial, em legitimar as antigas uniões concubinárias em casamentos sacramentais, como origem para a tolerância brasileira com os filhos bastardos. Esta postura da Igreja teve fim no começo do século XVIII, quando o governo luso instaurou uma lei que proibia o casamento inter-racial.

De qualquer forma, nem sempre o bastardo era aceito, e nestes casos ele era relegado a uma das maiores classes da população até o século XIX, a dos elementos menos estimados, vagabundos e desordeiros. Contudo, salienta Candido (1951), os conceitos de ilegitimidade, mistura racial, e *status* social estavam intimamente conectados, e somente combinados eles realmente

significavam desqualificação.

Neste modelo de estrutura familiar, as mulheres passavam da tutela do pai para a tutela do marido, o qual era escolhido pelo pai com o intento de preservar ou ampliar os bens familiares. Conforme Samara (1983), este modelo necessariamente enfatiza a autoridade do marido, relegando à esposa um papel mais restrito ao âmbito familiar, representado pelas funções domésticas. Segundo a autora, a monocultura, o latifúndio e a mão-de-obra escrava reforçavam a situação de desigual distribuição de poder no casamento, o que, conseqüentemente, deu origem ao mito da mulher submissa e do marido dominador.

Samara (1983) e Candido (1951), dividindo o mesmo ponto de vista sobre a submissão da mulher na família patriarcal, afirmam que esta não era exacerbada como muitos historiadores defendem. Embora as mulheres vivessem reclusas e fossem subjugadas pelos maridos, os quais elas respeitavam muito, elas tinham certo poder. Conforme descreve Candido (1951), no âmbito doméstico elas eram as protagonistas, eram elas que cuidavam das crianças, do marido, dos escravos; supervisionavam o trabalho dos subalternos; cuidavam da alimentação e vestimenta de todos; eram responsáveis pela horta, jardim, animais domésticos; tinham que cuidar das datas comemorativas e da manutenção das alianças familiares.

Sob esta perspectiva, Candido (1951) sugere que o status da mulher brasileira dentro da família é melhor compreendido se visto como o produto de uma situação social e cultural; neste caso a mulher aparece com um tipo de participação cultural e função social específicas, diferentes das do marido, e por isso impossível de serem comparadas. O autor defende que marido e mulher tinham papéis complementares, e as mulheres não eram de todo submissas e passivas, havendo inclusive relatos de esposas que mandavam assassinar as amantes do marido.

Candido vai mais longe ainda e sugere que é possível que o regime patriarcal tenha criado no Brasil condições favoráveis às mulheres exercerem certos aspectos viris de sua personalidade, os quais favoreceram o desenvolvimento de uma postura mais acentuada de comando e de iniciativa na mulher brasileira.

Apesar de muitos historiadores, como Gilberto Freyre e Olivera Vianna,

terem descrito a família patriarcal das lavouras canavieiras nordestinas como o único modelo de família brasileira, autores como Samara (1983), Candido (1951) e Azevedo (1961) observam que existiram outras estruturas familiares que se desenvolveram deste modelo, gerando características diferentes conforme a região, especialmente àquela do sul do país a partir da segunda metade do século XVIII.

A vinda da família Real de Portugal para o Brasil, e a conseqüente abertura dos portos às nações amigas (1808), foi, para Candido (1951), um dos principais momentos históricos que permitiu uma nova reorganização social. Propiciou-se o desenvolvimento da economia e o enriquecimento da vida social, surgindo novas possibilidades. A liderança passou a ser não mais apenas uma questão de força e prestígio econômico, mas também de capacidades intelectuais. Contudo, somente com a urbanização, especialmente no século XIX, quando a elite rural começou a se dirigir para as cidades, inicialmente para residir e depois para trabalhar, e mais tarde com a entrada da mulher no mercado de trabalho, na indústria, na loja ou no escritório, alterou-se de forma decisiva o *status* da família brasileira, e das relações de gênero.

5.2

A família burguesa e um novo patriarcalismo

Até o começo do século XIX, não havia ainda no Brasil leis públicas com relação às ruas e à cidade. As ruas não eram planejadas e a população as usava como se fossem extensões dos quintais de suas casas. Devido à falta de planejamento e organização, as ruas eram o dreno de toda a água residual da cidade. O caso do Rio de Janeiro era ainda mais grave, pois com a grande mobilização de pessoas para a capital após a Abolição, com a crise econômica do Vale do Paraíba carioca e a multidão de imigrantes recém-chegados, a cidade populosa enfrentava dentre alguns problemas os de acomodação, empregos e doenças. No entanto, no decorrer do século, devido mudanças políticas em busca da modernização, a situação das cidades começa a mudar e com ela a própria organização social.

Os primeiros movimentos de modernização começaram ainda no período do Império. O interesse político nos investidores estrangeiros levou a família Real e a

Corte a começar esse processo, alegando que as cidades deveriam ser mais bonitas, especialmente a capital. Aos poucos, as ruas do Rio de Janeiro deixaram de ser lugar de esgoto, da matança de animais domésticos, da lavagem de roupa, de cortar lenha, de criar animais. Com a intervenção política, as atividades que degradavam o espaço público começaram a ser afastadas do centro e levadas para a periferia. Inclusive a arquitetura das casas começou a ser afetada, pois se proibiu que estas fossem construídas além de seus limites, ou seja, não podiam estender-se mais sobre as ruas. Se antes o espaço urbano era para todos, sem qualquer outro propósito se não o pessoal, como encontros coletivos - festas, mercados -, agora, passava a ser controlado por um novo interesse, o interesse público (D’Incao, 1996).

Outra política pública do Império que também favoreceu a modernização foi o conjunto de medidas higienistas. Ela permitiu aos médicos participarem da construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral. Esta política de saúde, junto com a nova política para as ruas, começou aos poucos a construir a oposição entre público e privado na mentalidade brasileira (D’Incao, 1996).

A política de modernização da cidade do Rio de Janeiro prevaleceu mesmo com a queda do Império. A República emergente, no fim do século XIX, intensificou o processo de modernização, pois tinha o intento de europeizar a cidade, torná-la atraente às pessoas civilizadas. Neste sentido, todas as formas de expressões de relações sociais locais que não se encaixavam no novo modelo foram proibidas pela lei e combatidas pela imprensa. Serenatas, boemias, reuniões tradicionais, festas da comunidade, cultos populares e religiosos, todos foram vetados. A pobreza também não escapou ao veto, passou a ser algo discriminado, havendo inclusive campanhas da imprensa visando eliminar todo tipo de pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana (D’Incao, 1996).

Na busca de eliminar todo tipo de comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que são inadequados aos valores modernos, o novo governo republicano propicia a substituição de formas tradicionais de solidariedade representadas pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutela, por outras formas de interação e organização sociais. Devido à nova ordem social, muitas pessoas tiveram de mudar o local de residência e as formas de diversão. Inclusive os cultos religiosos foram transferidos das ruas para o interior das casas. Inevitavelmente, esta nova condição atribuía um caráter ilegal a muitas expressões

sociais tradicionais, e impôs restrições à espontaneidade cultural, bem como à sociabilidade correspondente. Assim, o maior controle do Estado sobre o espaço público empurrou o indivíduo para dentro de casa, para junto da família, a qual, conseqüentemente, teve seu papel expandido.

Concomitantemente, a literatura romântica trás o advento de novos valores como amor, maternidade, escolha pessoal no casamento, cultivo da casa como lugar privado e vida privada, em oposição à vida pública. Contudo, estes sentimentos eram vividos ainda de forma bem restrita. Conforme pontua D’Incao (1996), os valores românticos eram encarados como noções de deveres filiais, deveres de esposa e até mesmo como interesses da propriedade familiar ou honra social.

O Império, nesta época, trabalhava no sentido de reforçar o *pátrio poder*, e aparecia como moderador dentro da família. Entre as leis criadas na época, uma das que melhor esclarece este ponto é a que punia os indivíduos que seduzissem uma jovem, para forçar o pai a aceitar um casamento que fosse socialmente inferior. Como se observa, o Rei moderava os excessos e as tiranias do *pátrio poder*.

Inicialmente, nem a Igreja e nem o Estado estavam interessados no casamento enquanto sacramento. Enquanto a primeira queria aumentar seu controle sobre a população e número de fiéis; o segundo buscava, através das leis, reforçar o *pátrio poder* por meio da dominação masculina na família nuclear, e desta forma, segundo D’Incao (1996), destituir qualquer outra organização social que viesse a ser uma base de poder. Segundo a autora, esta postura política foi responsável por restituir à família, mais especificamente ao chefe da família, as funções religiosas e sociais. O novo patriarcalismo defendido pelo Estado desorganizava os poderes paralelos e, conseqüentemente, fortalecia a família.

O século XIX, no Brasil, caracteriza-se pela ascensão da burguesia e o abandono das relações sociais senhoriais. Contudo, devido ao desenvolvimento desigual nas regiões do país, era possível encontrar, no mesmo período, diversos tipos de estruturas familiares. Considerando que metade da população do país se localizava na região sudeste neste período, prioriza-se neste trabalho as descrições da estrutura familiar paulistas.

Estudos realizados sobre a população paulista nesta época, definem sua estrutura familiar como nuclear, havendo entre 1 e 4 indivíduos, ou seja uma

família de poucos integrantes. Bem diferente da família extensa da lavoura canavieira do nordeste brasileiro do período colonial. Esta família nuclear, além de poucos filhos, não costumava agregar os filhos casados, genros, noras ou netos, estes costumavam ter sua própria residência, ou saiam de casa para trabalhar. Obviamente, esta família paulista restrita que se menciona era comum na área urbana, pois as famílias das zonas rurais, afastadas do centro, apresentavam maior tendência à concentração, numa mesma propriedade, dos membros familiares, especialmente devido à necessidade de mão-de-obra (Samara, 1983).

Samara (1983) pontua que apesar da família paulista não agregar os parentes de segundo e terceiro grau na casa, isto não significou um enfraquecimento das relações familiares e afetivas nesta sociedade. Apesar do distanciamento físico entre esses parentes, observa-se que os sobrinhos e afilhados continuavam sendo protegidos pelos tios e, inclusive, beneficiados nas partilhas. A autora atribui a esta resistência das relações familiares a intensificação da vida urbana no século XIX, que provavelmente possibilitou reuniões e visitas familiares assíduas.

Conforme observou Biasoli-Alves (2000) em sua pesquisa, o conjunto de valores presentes no final do século XIX e início do século XX, em diferentes camadas populares paulistas, para ambos os sexos eram: respeito, obediência, honestidade, trabalho; mas havia alguns que eram exclusivos às meninas: submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação, prendas domésticas e habilidades manuais. Estes valores eram transmitidos pela socialização, e se davam, segundo Biasoli-Alves, pela existência de laços estreitos entre adultos significativos e a criança; por um “vigiar” constante que permite poucas oportunidades de escape; e pela existência de punições severas para tudo que era considerado indesejado. O controle exercido sobre as meninas, no entanto, era maior e imprimia nelas, desde cedo, a auto-restrição. Entre os mecanismos utilizados com as meninas destacam-se: ameaças de retirada de afeto, de abandono, de solidão, de castigos dos Céus; instigação de remorso e culpa. Por tudo isso, a possibilidade da mulher vir a transgredir os valores da época e sentir o gosto da liberdade era muito restrita. Como coloca Biasoli-Alves, restava-lhe apenas o prazer de “agradar”.

Para muitos autores, o motivo atrás de todo esse mecanismo de subjugação das mulheres seria o interesse dos homens pelo domínio. Contudo, para Biasoli-Alves (2000), não se trata apenas disso. Ele observa que nesta época as mulheres

não tinham muitas escolhas, elas nasciam para casar e cuidar do marido, dos filhos e da casa, ou para se dedicarem à vida religiosa. O casamento tinha uma função muito específica para as mulheres, além de exercerem os papéis para que foram criadas, representava a proteção e sobrevivência econômica, as quais eram obrigações masculinas. Neste sentido, os pais tinham uma forte preocupação com o futuro da moça, que para arranjar um bom marido/provedor, teria que ser muito virtuosa (Samara, 1983; Candido, 1951).

Apesar do estudo não ser concebido como algo bom para as meninas, pois provocava divergência de opiniões entre pais e filhos, muitas delas, especialmente a das classes abastadas, foram internadas nos colégios religiosos para serem educadas, e após alguns anos saírem prontas para o casamento. A religião desempenhava um papel fundamental, reforçando os valores vigentes, na medida que acrescenta restrições e temores, confirmava e enfatizava o que a família dizia.

No século XIX, apesar do alto índice de celibato, o casamento existia para certos grupos sociais, e tinha uma função específica. Os matrimônios ocorriam num círculo limitado e eram sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam o indivíduo socialmente em função da origem, raça, riqueza, ocupação e religião; sendo ainda muito comum o casamento entre parentes, para preservar a fortuna da família.

A legalização das uniões ainda dependia do consentimento paterno, cuja autoridade era legítima e incontestável, sendo de sua competência decidir, pelo bem da família, o futuro dos filhos, independente das inclinações e preferências destes. Além disso, não era barato casar, havia o dote da noiva, o marido precisava provar que tinha condições suficientes de sustentar uma família, e a cerimônia em si, junto com a documentação, eram muito caras. Neste sentido, o amor, como estímulo para o casamento, ocupava um lugar de menor importância, e surgiria com consequência da vida em comum.

Outra relação muito significativa na sociedade paulista do século XIX, e que vem desde a colônia, é o compadrio. Ter um padrinho influente era uma forma de ser bem aceito socialmente. As funções do padrinho seriam o de proteger e beneficiar os afilhados, dos quais se esperava conduta solidária, obediente e respeitosa (Samara, 1983).

Existiram configurações familiares mais complexas em São Paulo, segundo Samara (1983). Nestas, as ligações de trabalho eram determinantes, por isso era

mais comum encontrar agregados e escravos do que parentes e afilhados. A presença dos escravos é explicada pela mão-de-obra, pois eles desempenhavam múltiplas funções. Quanto aos agregados, observavam-se algumas ligações afetivas, como escravos velhos e adoentados, ou concubinas.

O concubinato, outro tipo de relacionamento também muito presentes na sociedade paulista e que vem desde a época colonial, caracterizava-se por uma trama complexa de relações que se desenvolviam fora do âmbito familiar. Apesar da alta frequência de concubinato, observa-se que a esposa e a concubina não conviviam na mesma casa. Os filhos ilegítimos, por sua vez, quando não integrados ao seio da própria família, ou sustentados, junto com a mãe/concubina, pelo pai, podiam ser enviados para a casa de um parente, amigo ou, até mesmo, exposto à caridade pública, através, por exemplo, da Roda da Santa Casa (Samara, 1983; Candido, 1951; Azevedo, 1961).

Entretanto, como na colônia, socialmente a tolerância pela bastardia era mais aparente que real, e dependia de vários fatores: econômico, ou seja, a posição sócio-econômica ocupada pelo pai; racial, isto é, maior ou menor embranquecimento; familiar, que seria a aceitação da família de origem; e moral. Esta postura da família paulista aponta outra ruptura com a família patriarcal, que congregava em seu seio, ao mesmo tempo, esposa, concubina, filhos legítimos e bastardos (Samara, 1983).

O Estado católico, contudo, na passagem para o século XX, interessado em lidar com famílias como unidades nucleares, e não mais com um clã ou família extensa do passado colonial, desfavorece a primogenitura e o casamento como forma de aliança, pontos essenciais à manutenção da ideologia patrilinear. O interesse do Estado estava no indivíduo. Interessado em protegê-lo do velho patriarcalismo, facilitava a possibilidade de livre escolha no casamento, similar ao que o movimento romântico reivindicava. Entre as mudanças políticas que sugerem um golpe no patriarcalismo estavam: a queda de idade para a maioridade, de 25 para 21 anos; e no aumento de idade mínima para o casamento, de 12 para 14 anos para as mulheres e de 14 para 16 anos para os homens.

O Código Civil de 1916 trouxe outros duros golpes ao velho patriarcalismo. O casamento endogâmico, ou seja, entre parentes colaterais e de até terceiro grau, foi proibido. E o poder marital foi incluído juntamente com o *pátrio poder*, apesar do poder marital ainda operar em conjunção com a comunhão de bens, sendo

permitido ao marido apropriar-se da riqueza de sua esposa. Ambas as leis dificultavam a preservação do patrimônio familiar.

Todas estas mudanças sociais, econômicas e políticas, junto com processos de modernização, industrialização, proletarização, imigração, aculturação e principalmente de urbanização, fizeram com que o núcleo familiar perdesse sua posição de liderança, que a amplitude e a rigidez de sua estrutura fosse diminuída e que os elementos heterogêneos saíssem da periferia e comesçassem a adquirir autonomia doméstica e social. Aos poucos, conforme Candido (1951), a massa, composta de elementos indesejados pela sociedade patriarcal, começou a se organizar e a dar origem às classes baixas da nova sociedade, que estabeleceram regimes familiares monogâmicos, mais ou menos estáveis.

Assim, surgem novos arranjos familiares, caracterizados especialmente por uma maior presença das mulheres. Samara (1983) observa que a submissão das mulheres nesta época não é mais a mesma de antes. Na ordem de poder, com a ausência do marido, era a mulher muitas vezes quem assumia os cuidados com a casa e com os negócios.

Como se pode observar, mudanças econômicas, sociais e políticas na situação urbana foram seguidas por mudanças na estrutura familiar. O Estado moderno, pela adoção de medidas modernas delimitando os espaços públicos e privados; por meio da luta contra os poderes paralelos, especialmente a legitimação patriarcal, a ideologia patrimonial e o poder eclesiástico; pela delegação de autoridade ao pai de uma família nuclear fechada; e, finalmente, privilegiando o indivíduo como unidade do governo, libertando-o das teias da grande família patriarcal, propiciara o surgimento de uma nova estrutura familiar no século XIX, a família burguesa.

Caracterizada por uma estrutura nuclear, a família burguesa apresentava poucos filhos, poucas pessoas de fora vivendo ou convivendo freqüentemente, um número menor de empregados ou agregados, e idéias de amor e maternidade, contudo, ainda bem diferentes do que virá a ser os amores filial e maternal e a paternidade, mais tarde no Brasil. Não existiam projetos comuns dos cônjuges com relação à vida e aos filhos, ou mesmo com relação à casa, e uma diferença de funções marcava as tarefas femininas e masculinas, mantendo-se a mulher como rainha do lar e o homem como provedor. O casamento ainda era orientado pelos pais, e se mantinha independente da harmonia emocional ou felicidade, sendo o

projeto de vida da mulher a família, e do homem os negócios.

5.3

A família moderna

Como se pode observar na história da família brasileira, ter um filho homem, durante muitos séculos, significava abrir um campo de possibilidades para a ampliação de patrimônio, prestígio e poder. Na sociedade brasileira, as mulheres sempre foram colocadas em situação de inferioridade pela própria natureza do papel social que lhe era reservado. Contudo, esta situação vem mudando significativamente a partir do século XIX, quando a mulher do regime patriarcal foi se libertando aos poucos, para dar vazão a um tipo de mulher mais instruída.

Nos anos de 1930, 1940 e 1950, a rápida urbanização que começou a se dar no país desde a República, assim como a mudança do sistema econômico de agrário para industrial, exigia novas habilidades das mulheres. Elas precisavam saber fazer contas para gerir os salários, dominar a leitura e a escrita, de modo consistente, para orientar os filhos nas tarefas da escola. Ou seja, elas precisavam ampliar seus conhecimentos não para si, mas porque se esperava delas maior competência em promover a própria vida doméstica e a educação dos filhos. Elas precisavam transformar-se no suporte adequado para o sucesso profissional do marido (Biasoli-Alves, 2000).

Uma abertura maior para escolarização permitiu à mulher brasileira entrar no domínio público cada vez mais. Se antes elas não podiam sair à rua desacompanhadas, aos poucos elas ganham o direito de ir e vir, restringindo-se os ambientes em que sua presença não era recomendada. Contudo, neste momento, ainda se observava, segundo Biasoli-Alves (2000), grandes diferenças entre as expectativas da família em relação à vida escolar e profissional de seus filhos e de suas filhas, sendo comum às meninas, antes dos 18 anos, terem o estudo interrompido, seja para ajudar em casa ou para se prepararem para o casamento. Como a moça deveria se casar virgem, e mantê-la desse jeito até o casamento era responsabilidade de toda a família, quanto antes ela se casasse maior era a tranquilidade para todos. Nesta época, a mulher é escolhida, ao mesmo tempo em que é comandada. Os pais e os irmãos encarregavam-se de orientá-la, com

brandura ou imposição, para o melhor casamento. Esta preocupação com a pureza das meninas transparecia a idéia de que a mulher era vista como frágil, ingênua e passível de ser influenciada.

Apesar da maior abertura para o estudo, a maioria das moças, até metade do século XX, privilegiava a vida doméstica, abandonando muitas vezes o diploma e o emprego quando se casava, ou quando os filhos nasciam, o que reforçou o papel masculino de provedor para todas as necessidades materiais da família. Neste contexto, esta postura de renúncia das mulheres era valorizada, sendo dever dela se dedicar aos seus (Biasoli-Alves, 2000).

Porém, muitas coisas mudam a partir de 1950. A revolução sexual, com a evolução dos métodos anticoncepcionais que permitiram um controle maior de natalidade, e o início da revolução tecnológica, que vem substituindo a força pelo talento, impulsionam a emancipação das mulheres. Além disso, os estudos, que ampliaram os horizontes delas, levaram-nas a questionar o excesso de rigidez, a autoridade, o nível de exigência e a punição que fizeram parte de sua educação; as muitas oportunidades que perderam; e o que poderiam fazer para que seus filhos tivessem uma vida mais saudável.

Mudanças na estrutura familiar começaram a surgir, marcadas especialmente pela redução significativa do número de filhos. Apesar das críticas ferrenhas das matriarcas, as surras se tornaram menos freqüentes, e a figura do pai perdeu um pouco de sua autoridade. Mesmo assim, a preocupação em a filha ser socialmente aceita e o controle sobre ela, por meio de estratégias emocionais, ainda estava muito presente na Família. Biasoli-Alves (2000) observa que nessa época a Família e a Igreja ainda falavam uma língua muito próxima e pretendiam, dizendo o que é certo e errado para uma moça de família, continuar resguardando os valores atribuídos ao casamento, a obediência, e os padrões de moralidade estabelecidos e mantidos há gerações.

Contudo, a admiração pela inteligência, pela competência, pelo trabalho e pela independência da mulher, torna-se crescente. Os resultados das revoluções sexual e tecnológica, que garantiam maior espaço e igualdade para as mulheres no mercado de trabalho, junto com a crescente escolarização e profissionalização delas, permitiram um contato social mais amplo e constante, intensificando-se os questionamentos e provocando mudanças. Aos poucos, a escolarização e o exercício da profissão das mulheres tornam-se prioridade dentro das famílias. Os

valores tradicionais (obediência, submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação, prendas domésticas e habilidades manuais), antes tão exaltados, ganham um caráter velado (Biasoli-Alves, 2000).

A instituição do casamento sofre mudanças. Se ainda nas primeiras décadas de 1900 os pais determinavam os maridos das filhas, na segunda metade deste século, com os pais e irmãos não sendo mais fonte exclusiva de abertura para a vida social mais ampla, as mulheres passam a escolher seus cônjuges. Gradativamente, chega-se à “escolha livre”, num movimento que inverte a direção, agora os pais têm que aceitar o que a geração mais nova determinou para si mesma.

Junto com todo este movimento de emancipação das mulheres, intensifica-se a idéia de amor romântico. Se até metade do século XX o amor do casamento era um amor de companheirismo, ligado à responsabilidade mútua do marido e da mulher pelo cuidado da família e da propriedade, com a adesão ao amor romântico, o casamento deixou de ser um vínculo político, econômico e de reprodução, para se tornar um vínculo de amor e felicidade. Pressupondo a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo, o ideal romântico relacionava o amor com a liberdade, e trouxe maior igualdade às relações de gênero. A criação do lar, a modificação da relação pais e filhos e a “criação da maternidade”, que vieram com o amor romântico, levaram os homens a perderem seu poder dentro de casa, e a mulher a ser mais predominante (Giddens, 1993).

O amor romântico possibilitou o advento de valores como individualismo, hedonismo e imediatismo. Conforme Giddens (1993), este amor tem a característica da “busca”, trata-se de uma odisséia incessante em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro. Os ideais de amor romântico, porém, libertaram o vínculo conjugal de laços de parentesco e transformaram o lar e o trabalho em ambientes distintos. Maridos e esposas passaram a serem vistos como colaboradores num empreendimento emocional conjunto, tendo este inclusive primazia sobre as obrigações para com os filhos.

Sob esta nova conjuntura, destacando-se a perda do poder político familiar; a redução familiar com a evolução dos meios contraceptivos; a emancipação das mulheres e conseqüente entrada delas no mercado de trabalho; e a ascensão dos valores românticos, a família burguesa abre espaço para o surgimento de uma

nova estrutura familiar, a família moderna.

O ideal de amor romântico, no entanto, que sustenta a família moderna e promete a “união das almas”, não tem se mostrado tão promissor para a ordem familiar. Ele sobrecarrega as relações, prejudicando o nível de satisfação que ela possa oferecer. As pessoas acabam confundindo a insatisfação pessoal com o fracasso matrimonial e renunciando antes ao casamento do que à idealização romântica. O número de divórcios aumenta incrivelmente, segundo Féres-Carneiro (1996), não pelas pessoas não acharem o casamento importante, mas sim por considerá-lo tão importante que não podem aceitar um cônjuge que não esteja à altura de suas expectativas. Os casamentos começam a durar cada vez menos e os recasamentos tornam-se mais freqüentes, dando origem a novas estruturas familiares.

Assim, a partir da década de 1970, devido às transformações sociais aqui descritas, gerou-se uma grande incerteza e insegurança nos pais quanto à melhor forma de educar seus filhos. A preocupação não era mais se os filhos eram “bem educados”, mas sim quanto ao futuro deles, ao que viriam a ser, aumentando-se o interesse pelas práticas de cuidado e educação. O casamento, deixando de ser uma opção de proteção e sobrevivência econômica para a mulher e seus filhos, a impulsiona a se profissionalizar, abandonando assim os trabalhos domésticos e os trabalhos atrelados aos adultos da família ou à Igreja.

Grandes mudanças na representação da mulher ocorreram nos últimos 50 anos. A aproximação desta do modelo de masculinidade originário da sociedade patriarcal, está levando à extinção da dona de casa recatada e abrindo espaço para a executiva liberada, autônoma e segura, adepta aos símbolos de *status* e poder comum ao mundo dos homens. Se nos anos de 1960 circulava na mídia a imagem da mulher dependente emocional e financeiramente da família de origem, ou do marido, nos anos de 1990, Radical Chic surge como a principal representante da mulher segura de si e emancipada, garantindo visibilidade social a outro possível modelo de mulher (Nolasco, 1998).

As mulheres, além das funções tradicionais de mãe e dona de casa, ao entraram no mercado de trabalho – tanto por necessidade como para garantir sua autonomia financeira – tornaram-se também provedoras. Os homens, por sua vez, mostram-se estáticos às mudanças, negando-se a dividir as funções domésticas; mantêm-se ainda mais distantes dos cuidados com os filhos do que as mães,

estando presentes, sobretudo, na hora do brincar (Família, 1998; Jablonski, 1995, 1998).

As mulheres sofrem com tudo isso, não apenas pela sobrecarga, mas também pelo fato de continuarem privilegiando mais o espaço privado do que o público, vivendo um eterno sentimento de dívida com os filhos. Segundo Jablonski (1998), esta situação seria responsável pelo aumento de conflitos entre os casais, sentimentos de incompreensão, solidão, tédio, tensão, cansaço e aborrecimento em ambos os cônjuges.

Conforme Boechat (1997), o novo conjunto de estilos de vida e de constituição de grupos familiares presentes na modernidade envolvem, sobretudo, uma postura paradoxal de preservação do eu, do indivíduo. Os membros familiares dedicam cada vez menos tempo a compartilhar suas experiências, a dividir tarefas, expectativas, sentimentos, falar de projetos conjuntos. Entre as possíveis origens deste comportamento, destacam-se: a realidade econômica, que cobra das pessoas mais horas de dedicação ao trabalho; o fato dos papéis sociais do homem e da mulher estarem cada vez mais parecidos e se confundirem, o que os leva a disputar posições idênticas no mercado e em casa; e o medo de se sentirem presos a uma obrigação de compartilhar. Como define Boechat (1997, p.116): “Hoje busca-se o amor sem querer levar junto o sacrifício que é inerente a ele”.

Devido à valorização moderna da individualidade, do imediatismo e do hedonismo, observa-se uma dificuldade na consolidação e manutenção de relações familiares. Apesar da família ser valorizada como um porto seguro na sociedade, lugar de paz, amor e confiança, a solidão está cada vez mais presente no discurso de todos, casados ou não. As pessoas, tentando escapar do perigo de algum sofrimento, fogem do convívio mais íntimo, e acabam caindo no autoritarismo do individualismo e da solidão (Boechat, 1997; D’Incao, 1992).

Focando os novos arranjos modernos de relacionamento, Giddens (1993), diferente de muitos autores que afirmam que as relações de parentesco estão desaparecendo com o desenvolvimento das instituições modernas, e que a família nuclear está isolada, afirma que está ocorrendo o inverso. Para o autor, nesta sociedade da separação e do divórcio a família nuclear está gerando novos laços de parentesco, como, por exemplo, nas famílias recombinadas. Mas, salienta o autor, esses laços se modificaram, estão sujeitos a uma negociação maior que a

anterior. Se antes a confiança era tacitamente aceita, hoje ela tem de ser negociada, ou seja, o compromisso e o relacionamento em si são avaliados o tempo inteiro. O sangue não é mais uma razão tão forte para se manterem os laços familiares, o que importa agora é a qualidade da relação estabelecida.

Ao mesmo tempo, na atualidade das sociedades ocidentais, homens e mulheres estão desenvolvendo novas formas de subjetividade, cada vez mais distantes dos modelos estereotipados de gênero e das divisões traçadas pelas representações sociais até então vigentes. Conforme Araújo (2005, p.50),

sob a égide da pluralidade e da singularidade, surgem diferentes modos de ser da masculinidade e da feminilidade que convivem, de forma já não tão conflituosa, com as matrizes hegemônicas de gênero ainda existentes. Neste cenário... abre-se a possibilidade concreta de construir relações de gênero mais democráticas, nas quais o direito à igualdade e o respeito à diferença são as pedras angulares

Como se observa, mudanças sociais e políticas, como a urbanização crescente, o maior controle do Estado, a emancipação das mulheres e a ascensão de valores românticos, possibilitaram, na segunda metade no século XX, o nascimento de uma nova estrutura familiar, a família moderna. Caracterizada pela maior igualdade de *status* entre homens e mulheres; maior e melhor participação das mulheres nas atividades economicamente rentáveis; aumento do controle de natalidade; aumento de separações e de recasamentos; queda da autoridade paterna e o conseqüente estreitamento das relações familiares; enfraquecimento dos laços de parentesco e, conseqüentemente, uma substituição da família extensa pelo grupo conjugal, a família moderna, diferente das estruturas familiares anteriores, deixa de ser um grupo econômico e político, e o elemento mais importante na organização social.

No entanto, apesar das mudanças na estrutura familiar, isto não implicou automaticamente no fim do patriarcalismo, mas sim em sua transformação. As intervenções estatais levaram ao declínio da legitimação patriarcal como autoridade política, dando origem a um novo patriarcalismo, caracterizado pela perda da função política do patriarca, porém ainda com total autoridade dentro de um âmbito mais restrito, a família nuclear fechada (D’Incao, 1996).

Mas não apenas o patriarcalismo permanece. Segundo D’Incao (1996), as relações paternalistas continuam sendo uma característica marcante da sociedade brasileira. Observa-se também, que os valores que os antepassados cultivaram e

buscaram imprimir em seus filhos e netos estão presentes até hoje, mesmo que mascarados. Os valores familiares são muito fortes e se mantêm por uma continuidade familiar, apesar dos novos contornos que se dão à instituição. Conforme destaca Biasoli-Alves (2000), as funções femininas dentro da família são um desses pontos que estão pouco inalteradas. Embora a mulher tenha ganhado no espaço público mais direitos e maior igualdade, dentro de casa a situação é outra. Ela continua sendo a única responsável pelo lar e carrega o sentimento de culpa quando “a criança fica doente”, “os pais precisam de ajuda”, “o casamento vai mal”.

Del Priore (2004), por sua vez, em seu ensaio ao *Jornal do Brasil*, pontua que a família brasileira continua sendo a correia de transmissão de valores e tradições, e fonte de poder, pois além do nepotismo ser um fato em nosso país, existem famílias, especialmente nas regiões menos urbanizadas, que controlam a vida de muitas pessoas. Além disso, ela observa que ainda é comum a presença de “agregados”, como padrinhos, madrinhas, afilhados, parentes pobres, em muitos contextos familiares.

Assim, constatamos que a família se transforma com o tempo, que ela se adapta aos novos contextos. Contudo, como se pode observar aqui, as mudanças internas, como a disposição de papéis, funções e valores, não ocorrem no mesmo passo que as mudanças estruturais. Enquanto a estrutura diminui com versatilidade, acompanhando as mudanças econômicas, a organização familiar interna parece precisar de muito mais tempo.

5.4

O homem brasileiro no século XXI

Como se pode observar ao longo deste capítulo, as grandes transformações sociais, econômicas e culturais iniciadas no século XVII originaram movimentos femininos e masculinos, que afetaram consideravelmente as relações de gênero.

Durante anos a identidade masculina foi dada como um fato, não foi questionada e manteve-se em silêncio - conforme salientado no capítulo 4. Segundo Nolasco (1993b), tratava-se apenas de um reflexo da forma como os homens lidavam com suas questões íntimas, sufocando-as e silenciando-as assim que surgissem.

No entanto, as recentes mudanças sociais têm colocado os homens em cheque. Dogmas masculinos como homofobia, virilidade, provisão e violência, estão sendo questionados. A masculinidade, enquanto verdade e modelo, está sofrendo sucessivas relativizações. Além disso, os recentes estudos da masculinidade têm pontuado como esta é um conceito problemático em nossa cultura, pois é concebida sobre ideais impossíveis e mensagens contraditórias. Como afirmou Nolasco (1993b), o homem que vai à guerra é o mesmo que precisa saber conciliar e perder.

Os homens, que durante muito tempo buscaram sua auto-identidade no exterior, com as reformulações sociais ocorridas nos últimos 40 anos estão perdendo seus referenciais. Eles estão sendo exigidos a reformular sua identidade, tanto em relação à divisão de poder quanto a um maior exercício da intimidade.

Desde 1988, observa-se no Brasil um aumento considerável de textos sobre a identidade dos homens. Segundo Nolasco (1993b), as mesmas publicações que promoviam reflexões sobre a relação com as mulheres, a paternidade, suas posturas autoritárias ou a forma como expressam suas emoções, também revelavam o desejo por um homem que seja ativo sem ser dominador, que expresse suas emoções socialmente sem ter o receio de ser visto como homossexual, e que mantenha suas características viris sem traços machistas.

O desejo social pelo novo homem é tal que surgiu na literatura brasileira uma avalanche de adjetivos na tentativa de marcar essa transformação: homem feminino, homem rosa, homem dócil. No entanto, segundo Nolasco (1993b), estes adjetivos têm-se mostrado tendenciosos e estariam mascarando aspectos bastante conservadores da identidade masculina.

Apesar de todas as exigências de transformação sobre o homem brasileiro, observa Nolasco (1993b), o Brasil está muito distante ainda de uma revolução masculina. Os homens não estariam sofrendo tanto com o absurdo e a angústia da vida cotidiana – requisitos fundamentais a um projeto revolucionário –, pelo menos não o suficiente para incitar o desejo de realizar uma verdadeira transformação em suas identidades. Em suas palavras:

Para nós, homens brasileiros, a revolução masculina ainda é uma utopia, e como tal faz adormecer e sucumbir nossos sonhos e projetos de uma identidade que não seja marcada prevalentemente pela violência, contradições, cisões e desamor (Nolasco, 1993b, p.76).

O que estaria se passando no Brasil, segundo Nolasco (1993b), é uma crise da masculinidade, que o autor resume como uma forma ultrapassada para resolver problemas. Ele, assim como outros autores (Jablonski, 1995; Giddens, 1993), salientam que apesar de se observar alguns movimentos masculinos em atender às demandas sociais, os homens têm-se mostrado resistentes às mudanças, mantendo a mesma conduta de séculos. Esta postura dos homens não corresponde a algo planejado, mas a uma indecisão. Ocorre que, somente com os atuais questionamentos sobre a masculinidade, os homens estão descobrindo que possuem uma masculinidade problemática. Inseguros e sem saber como agir, os homens têm-se arraigado aos referenciais que lhes restam, perpetuando os estereótipos de gênero que lhes servem de modelo de comportamento, ou seja, valorizando exigências viris, de posse e poder, assertividade e competitividade sexual (Jablonski, 1995; Nolasco, 1995a; Giddens, 1993).

Salienta-se ainda, segundo Cuschnir (2002), que com o feminismo o homem perdeu o domínio absoluto sobre a chefia da família, o autoritarismo decorrente disso, e a soberania no campo intelectual, profissional e econômico, tendo agora que dividi-los com a mulher, ou até mesmo, ceder a elas. Ou seja, neste processo de mudanças, o homem está perdendo poder, e obviamente mostra-se descontente.

Muitos homens, em seu movimento de resistência às mudanças nas relações de gênero, segundo Jablonski (1998), apresentam-se como *boçalossauros*. O autor comenta, por exemplo, como os pais ainda se mantêm mais distantes dos cuidados com os filhos do que as mães. Eles estão presentes, sobretudo, na hora do brincar e mesmo assim passam muito menos tempo junto aos filhos do que a mulher. Segundo o autor, esta disparidade de papéis é vivida pela mulher de forma dolorosa e é responsável pelo aumento de conflitos entre os casais. Especialmente por ser a igualdade de funções entre os sexos exaltada constantemente, inclusive pelos homens.

No âmbito profissional, segundo Cuschnir (2002), os homens mostram-se defendidos diante da ameaça de perderem suas posições, não apenas para outros homens, mas agora também para as mulheres, que muitas vezes, segundo o estudioso, saem-se melhor profissionalmente devido ao seu maior treino das habilidades pessoais e afetivas.

Conforme Nolasco (1993b), os homens, desde meninos, são direcionados a mergulharem cegamente no mundo do trabalho. Eles seriam levados desde bem

cedo a crer que o trabalho é a única linguagem possível para se expressarem socialmente. As recentes mudanças na relação capital-trabalho, salienta o autor, têm deixado os homens numa situação delicada. Não sendo à toa, observa Nolasco (1994), que as estatísticas apontam os conflitos trabalhistas em destaque frente aos demais conflitos que mobilizam os homens brasileiros.

Apesar da resistência dos homens às mudanças nas relações de gênero, haveria, segundo muitos autores [Connell, 1995; Cuschnir, 2002; Giddens, 1993; Nolasco, 1993b, 1994] razões para os homens se transformarem. Nolasco, por exemplo, estudando a condição do homem brasileiro, constatou que, nas estatísticas, eles aparecem sempre à frente das mulheres nos casos de prisões, acidentes de trânsito com vítimas fatais, de suicídio, uso de álcool ou drogas. Quanto aos casos de violência, que pode ser dividida em três aspectos: a violência com relação à mulher; a violência com relação a outros homens; e a violência contra si mesmo, observa-se que os homens são os principais agentes e as principais vítimas da violência (Nolasco, 1994).

Atentando para estas peculiaridades nos homens, Nolasco (1994) sugere que elas seriam conseqüências da maneira como ocorre o processo de subjetivação dos homens. Para ele, a violência, por exemplo, é uma conseqüência das diversas situações a que os meninos são expostos desde pequenos. Variáveis psicológicas associadas ao processo de individuação e variáveis sociais, com relação às exigências de desempenho, contribuem para precipitar, assim como acentuar, um estado de tensão ao qual um homem está submetido.

Conforme Nolasco (1994), o controle sobre o processo de individuação dos meninos se inicia a partir da crença de que eles fazem parte do sexo forte e que seus desejos já estão pré-determinados devido a sua condição inata. As condutas masculinas são justificadas fortemente por argumentações naturalistas. Ao mesmo tempo, observa Nolasco, todas as condutas dos homens, todos os seus paramentos devem testemunhar a favor de sua masculinidade. O homem é sempre posto a prova e dificilmente conseguirá o reconhecimento de que é um homem. Por sempre se manter na dúvida e na suspeita é que a construção da masculinidade exige contínuo investimento.

Dentre outras coisas, os meninos são estimulados desde cedo a serem empreendedores, a conquistarem, em ter excelência para ação. Tanto a escola como os parentes irão estimular os meninos na pré-escola a se revelarem como

combativos. Segundo Nolasco (1994), para eles a iniciativa nessa época está mesclada com ação física e pode ser confundida com agressão. A simulação das brigas, salienta o autor, é um ritual de iniciação na cultura da competição acirrada e monocórdia pela busca de liderança e da competência. Além disso, o temor dos adultos de que ele não venha a alcançar prestígio social ou de que se torne um homossexual é algo que sempre os acompanhará.

A socialização dos meninos, segundo Nolasco (1994), se dá através da realização de tarefas, que são desafios e testes para sua masculinidade. Como as ações dos homens se materializam por meio das tarefas, Nolasco supõe a emergência de uma cultura da objetividade. Para ele, os meninos reproduzem em suas relações interpessoais o mesmo padrão que mantêm com as tarefas que lhes são apresentadas. Assim, suas relações tendem a ser relações com objetos. Esta postura dificultaria o acesso ao seu mundo interno, na medida em que este precisa ser limitado, para que não se distancie da meta de tornar-se um homem. Ou seja, ele mesmo se coloca no lugar de objeto. Sob estas condições, alerta Nolasco, dificilmente um menino elaborará as experiências vividas no cotidiano da escola e da família e formará uma noção sobre si mesmo a partir destas. Sua tendência será representar o que lhe é exigido.

Na tentativa de resgatar sua inteireza perdida e conciliar a condição de objeto, o homem iniciaria uma segunda batalha. Para Nolasco (1994), os comportamentos agressivos e violentos adotados pelos homens também são conseqüências desse conflito. Segundo o autor, a violência masculina pode não ser apenas decorrente da forma como está definido o papel social dos homens, mas também como parte de um processo psicológico que produz conflitos e dificuldades que precisam ser observados e levados em conta. Ele levanta a questão de que até que ponto os comportamentos violentos não são decorrentes de estados de insegurança e desajustamento face às impossibilidades de desempenho e perfilamento dos homens, diante das exigências impostas por uma determinada representação masculina oriunda do sistema patriarcal, o qual desde que os homens são crianças, lhe estimula a competição, a vitória, a luta física.

Nolasco (1994) acrescenta ainda que o envolvimento dos homens com a violência pode ser uma reação à decrepitude de um modelo de representação masculina e a ausência de um outro legitimado e reconhecido socialmente. A violência pode ser compreendida assim como uma tentativa de preservar o que se

conhece e não é mais reconhecido, bem como uma incapacidade para situar-se e reformular-se diante desse novo cenário contemporâneo.

Neste sentido, sugere o autor, dever-se-ia repensar a ênfase na ação motora no cotidiano do menino; a pouca atenção aos aspectos pertinentes a sua vida subjetiva; os altos níveis de exigências de desempenho, pois são alguns dos fatores que estão relacionados com a vigente representação do masculino, e que reforçam condutas agressivas. Nolasco destaca ainda os atuais valores vigentes na organização familiar e a possibilidade de identificação com homens já na pré-escola.

Nolasco (1995a) salienta ainda que as exigências de comportamento que se tem sobre os homens equivalem-se às expectativas que se tem sobre uma máquina, e vistos como máquina torna-se difícil problematizar a forma como socialmente se transformam em homens. O impasse que os homens vivem hoje, observa Nolasco (1993b), não se trata apenas de uma revisão ideológica da masculinidade, nem da forma como realizam suas práticas sexuais, mas sobretudo de integrar estas reflexões às de outro âmbito, pouco valorizado por eles, dos afetos. Esta demanda é um antigo desafio para os homens, que sempre preferiram manter seu olhar voltado para fora de si, para as coisas práticas da vida.

Apesar das constantes mensagens sociais sobre a necessidade da mudança dos homens, especialmente por parte das mulheres, observa-se, além das limitações impostas pelo processo de socialização dos meninos, conforme salientado acima por Nolasco (1993b), vários mecanismos sociais que dificultam estas transformações. Como pontua Ulson (1997), os valores modernos, perpetuados pela globalização, desfavorecem qualquer mudança nas relações de gênero. Segundo o autor, a aproximação entre nações e a queda das barreiras alfandegárias têm intensificado a seleção natural, acentuando-se o aumento da competitividade entre os indivíduos, classes sociais e profissões, e a marginalização dos mais fracos e menos competitivos. O pragmatismo e o hedonismo se tornam as filosofias da vida moderna, e os valores religiosos de amor ao próximo, à compaixão, à família e ao monoteísmo decaem. O sistema econômico exige mais trabalho dos adultos, que permanecem mais fora de casa e em menos contato com os filhos. A crescente massificação dos indivíduos através dos meios de comunicação - que monopolizam e manipulam as informações -, e a dessacralização do mundo atual - que ao afastar os sujeitos do mundo

transcendente propiciou a perda em relação ao lado afetivo e emocional da vida -, produzem o típico sujeito moderno, racionalista, tecnocrata, mecanicista, que vive a serviço da produção de bens de consumo. Conseqüentemente, este sujeito, obediente à crença de que quanto mais dinheiro se tem maior é a felicidade, torna-se escravo do consumo. Esta dinâmica, pontua o autor, é responsável pelo aumento da sensação de vazio interior nas pessoas, o qual vem sendo preenchido por objetos de utilidade questionável, como o excesso de alimentos, drogas, álcool, sexo, aumentando assim o número de problemas de saúde nos homens, e suas conseqüências públicas.

Muitas das transformações no comportamento dos homens se devem às mudanças do comportamento das mulheres. Contudo, defende Ulson (1997), o que se observa hoje é uma desvalorização do feminino, tanto pelos homens como pelas mulheres. Ao mesmo tempo em que as mulheres ganharam o mundo, saindo de casa para trabalhar, estudar, se divertir, elas adotaram comportamentos mais masculinos, como a extroversão, a objetividade, a agressividade, a racionalidade. As qualidades femininas, como paciência, tolerância, delicadeza, compreensão, graça, suavidade, contemplação, passaram a ser rejeitadas, inclusive pelas mulheres. Conforme o autor, a sociedade segue cada vez mais fálica, obedecendo a lei do mais forte. A relação entre os sexos está se tornando uma luta, uma competição acirrada pelo poder.

Com uma perspectiva similar, Nolasco (1994) salienta que com a evolução tecnológica - que tem facilitado os afazeres domésticos e propiciado a entrada da mulher no mercado de trabalho - observa-se, especialmente nas áreas urbanas, uma conseqüente desocupação e desvalorização da vida doméstica; o fato de que homens e mulheres passaram a adotar os mesmos objetivos: realização profissional e independência financeira; a incorporação de traços de virilidade e dominação pelas mulheres, e conseqüente aumento da competitividade entre os sexos. Segundo Nolasco (1993b), esta situação seria a responsável pela descrença generalizada de homens e mulheres na vida a dois.

Polemizando também os meios de comunicação, Nolasco (1998) e Jablonski (1998) observam que a imagem masculina retratada na mídia não se atualiza diante das mudanças que estão ocorrendo no âmbito da masculinidade, permanecendo muito vinculadas ainda aos valores patriarcais. Para eles, a definição de masculinidade que se exalta na mídia é do homem de sucesso,

provedor, dominador, autoritário, ambicioso, com sexualidade incontrolada, força física, homofobia, interessado no poder, e que usa de violência e corrupção para alcançar seus objetivos. A única nova representação masculina nos últimos anos, segundo Nolasco (1998), tem sido a do homem-objeto, que surge nas novelas sem camisa, sensual e bonito.

Para Nolasco (1998), o que poderia ser um meio para formar opinião, está sendo utilizado para renovar antigos padrões morais e favorecer o consumo. A força da televisão brasileira, para o estudioso, está no fato de se confundir ficção com realidade. Os atores são confundidos com os personagens, a vida vira ficção e os telespectadores assumem cada vez mais a realidade retratada na tela. As novelas, ao imitarem o cotidiano, criam padrões de comportamento fundados numa moral materialista, que supõe a aquisição de bens como a principal forma de se atender às necessidades pessoais, e negam as necessárias mudanças nas relações de gênero.

Pesquisa realizada por Spicher e Hudak (1997) corrobora a perspectiva de Jablonski (1998) e Nolasco (1998) sobre a perpetuação dos estereótipos tradicionais de gênero. Os pesquisadores gravaram e categorizaram 118 personagens de desenhos animados, presentes em episódios únicos, apresentados numa manhã de domingo, nas seguintes películas: *The Bugs Bunny/Tweety Show*, *Aladdin*, *Ninja Turtles*, *The Mask*, *Eek!stravaganza*, *Spiderman*, *Tick and Life with Louise*². Classificaram-se os personagens quanto ao sexo, notoriedade, estereótipos de gênero, comportamentos agressivos e papéis ocupacionais. Observou-se que existem 4 vezes mais personagens masculinos que femininos, sendo eles mais notórios do que elas, mesmo quando representam a vítima. Constatou-se ainda que, apesar das mudanças ocorridas nas últimas três décadas, os personagens, tanto masculinos quanto femininos, incorporam os estereótipos de gênero. Os homens são bem sucedidos, poderosos, fortes, espertos e agressivos, e elas ficam à sombra, no máximo, e em raríssimas películas, aparecem como policiais ou médicas. Os pesquisadores, reconhecendo que as películas contribuem na formação das crianças, alertam para o perigo dos desenhos animados continuarem exacerbando os estereótipos de gênero.

² Estes desenhos costumam ser apresentados em programas infantis em canais de televisão abertos e fechados do Brasil, sob os seguintes nomes, respectivamente: Pernalonga / Piupiu e Frajola, Aladdin, As Tartarugas Ninja, O Máscara, Eek!stravaganza, Homem Aranha, -.

Em relação a um melhor exercício da paternidade, Jablonski (1998) sinaliza que há hoje na sociedade vários fatores que dificultam esta possibilidade. A valorização da autonomia, maior preocupação dos adultos com seus próprios pais e o excesso de atividades infantis dentro e fora do lar nas grandes cidades (creches, escolas, programas extra-escolares, TV, videogame e o computador) têm disputado com a atenção do pai nos cuidados com os filhos. Além disso, observa o autor, a imagem paterna que se propaga hoje pela mídia não atende às expectativas das mulheres, ou seja, de um pai que disponha de mais tempo nos cuidados com os filhos.

Ulson (1997), por sua vez, observa que apesar das mulheres terem conseguido deixar de serem vistas como crianças, e passarem a serem tratadas como companheiras e parceiras dos homens para todas as atividades, muitas delas ainda sonham nostalgicamente com os antigos privilégios de uma vida protegida, voltada para a educação dos filhos e para a família.

Contudo, conforme Nolasco (1993a, 1993b), em decorrência das transformações sociais e culturais, nos últimos anos, vêm crescendo o número de homens que buscam formas alternativas de subjetividade distanciadas dos modelos sexistas. Com uma postura mais reflexiva, os homens estão tomando consciência dos conflitos e tensões impostos pelo machismo e descobrindo a possibilidade de, ao se romper com os estereótipos de gênero, reconhecer as suas reais necessidades afetivas e buscar meios de satisfazê-las sem sentirem sua masculinidade ameaçada. Desta forma, os homens estão descobrindo o prazer de amar e se relacionar com maior intimidade, onde a troca afetiva e o contato com os sentimentos são experiências valorizadas.

Segundo Cuschnir (2002), com o feminismo, do ponto de vista positivo, o homem ganhou espaços afetivos mais amplos; suas relações afetivas, familiar, conjugal e de pai, foram ampliadas. Com a mulher assumindo junto com ele o papel de provisão, sua vida econômica ficou mais aliviada. Houve uma ampliação no entendimento das relações de trabalho com um movimento de reflexão do homem sobre novas questões, suavizou-se o ambiente organizacional tornando-o mais humano.

Nolasco (1993b), por sua vez, embora reconheça que os homens estão mais participativos nos afazeres domésticos, levando filho para a escola, lavando a louça, mostrando-se mais afetivos do que antes, teme que os homens estejam

realizando estas mudanças por uma demanda social atual, e não por uma real reflexão da própria identidade.

Nolasco (1995a) problematiza ainda a forma como muitos homens e mulheres têm se referido a lados masculinos e femininos dentro de si, como meio de justificar os comportamentos que fogem ao próprio sexo. Segundo o autor, este comportamento indica mais uma transição do que uma nova representação dos indivíduos, pois apesar dos homens, através da afirmação de um lado feminino, poderem vivenciar comportamentos que até então eram permitidos apenas às mulheres, a denominação homem feminino continua encerrando o indivíduo no campo dos estereótipos sexuais. Segundo ele, o homem só conseguirá ter outra inserção na cultura contemporânea se conseguir compreender o significado que têm para sua vida os adjetivos que o definem como homem na cultura Ocidental.

Para Jablonski (1995), a principal motivação para a mudança dos homens está nos conflitos gerados pelas queixas das mulheres. Segundo o autor, o movimento de emancipação delas, que revelou uma mulher trabalhadora, liberada, cônica de seus direitos, que não aceita mais desrespeitos, está permitindo a extinção dos machistas. Obviamente, a transformação não será rápida, mas ocorrerá, segundo o autor, se ainda houver no homem o desejo de manter e investir numa relação amorosa.

Além da revolução tecnológica, foi o movimento feminista o maior fator de ameaça de extinção ao boçalossau. O acesso ao trabalho, a liberdade sexual, o investimento em educação, a conquista de cargos políticos, a diminuição do número de filhos, os casamentos “tardios”, entre outros fatores, vêm obrigando os homens a repensarem suas atitudes e comportamentos com relação às mulheres e a si próprios. Mas, ao encerrar estas considerações, queremos reafirmar a questão, que parece passar freqüentemente despercebida, da dificuldade em aceitar estas mudanças... (Jablonski, 1995, p.164)

Sob perspectiva similar, Cuschnir (2002) acredita que os homens estão tendo que se reciclar, insistir, recuar, pois sabem que precisam das mulheres, que dependem de um relacionamento afetivo com elas, e procuram se adaptar às demandas das mulheres, mesmo quando insatisfeitos. Porém, para ele, os homens sentem-se muitas vezes incompreendidos na relação amorosa, seja por não conseguirem encontrar canais de expressão adequados ou por não serem escutados. Segundo Cuschnir, os homens têm uma tendência maior em refletir sobre problemas emocionais do que falar sobre eles, pois desde pequenos são

ensinados a guardar o que sentem na esfera pessoal. Ele salienta que muitas vezes os homens tentam se expressar, mas não encontram interlocutores dispostos a realmente escutá-los.

Cuschnir (2002), destaca ainda o exercício mais amplo da paternidade como responsável pelo maior progresso dos homens do ponto de vista afetivo e como possível motivador ao processo de mudança. Dando e recebendo afeto, participando da educação do filho, orientando, cuidando, levando ao médico, participando de atividades, propicia uma troca afetiva com os filhos que, segundo o autor, pode ajudar os homens a preencherem suas necessidades emocionais, e com isso fazê-los sentirem-se mais propícios às demais mudanças.

Nolasco (1993b), no entanto, salienta que, infelizmente, a falta de comunicação entre os homens sobre suas questões pessoais dificulta consideravelmente qualquer transformação efetiva da identidade masculina num âmbito macrossocial. A homofobia, uma das crenças fundamentais aos conceitos de masculinidade, dificulta qualquer relacionamento mais cúmplice e tolerante entre os homens. Neste sentido, conforme Nolasco, “a amizade entre homens é terra de ninguém, campo de medo de uma organização emocional confusa resguardada no escudo da homossexualidade” (Nolasco, 1995b, p.32).

Atentando para esta dificuldade dos homens de expressão e escuta, Nolasco (1993b) pontua que fora do consultório terapêutico, não há outro espaço para os homens falarem de suas angustias, prazeres, medos e projetos. Conseqüentemente, segundo o autor, o movimento de transformação da identidade masculina é um projeto mais individual de cada homem do que coletivo.

Conforme salienta Nolasco (1993b), o desafio dos homens é resgatar em sua identidade o que nelas existe de humano, e muitos homens já entraram neste movimento, buscando não apenas o espaço terapêutico, como também ambientes comunitários, onde podem compartilhar suas questões. A transformação da identidade masculina não se limita à revisão do funcionamento da sexualidade dos homens, ela passa também pela construção de um projeto no qual estarão sendo repensados o próprio modelo de funcionamento político e social em que estão inseridos homens e mulheres.

Salienta-se, assim, que na modernidade a emoção torna-se para os homens uma questão de política de vida. Ela surge como um meio de autoconhecimento, de comunicação, de compromisso e de cooperação com os outros. Os homens,

enquanto se negarem a refletir sobre as próprias emoções e a própria identidade, continuarão sofrendo com as exigências modernas, que se opõem severamente aos parâmetros tradicionais ao qual estão arraigados.

5.5

Estudos e trabalhos de gênero no Brasil

Desde a década de 1980, diversos centros de estudo de gênero têm sido criados, a maioria deles com caráter interdisciplinar e vinculados a universidades, como o NUTEG – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – da Universidade Federal Fluminense; o NESEG – Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero – da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero – da Universidade de Campinas; o NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero – da Universidade de São Paulo; o NIGS – Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade – da UFSC; o NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A fim de divulgar seus trabalhos, os centros de estudo lançaram revistas acadêmicas, que vêm ajudando a promover a discussão sobre as questões de gênero. Destaca-se, dentre elas, a valiosa contribuição da *Revista de Estudos Feministas*, publicada em 1992, inicialmente pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), e, atualmente, com sede em Florianópolis, em parceria com o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). Essa publicação tem tido como proposta subsidiar os debates teóricos, acadêmicos e as práticas políticas dos movimentos de mulheres, feministas e afins.

As discussões sobre gênero não se restringem à academia, diversas ações governamentais e não-governamentais têm emergido com este propósito, e com o de diminuir as desigualdades de gênero. Ações governamentais como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dos Núcleos de Atenção a Mulher, das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, das Coordenadorias de Defesa da Mulher, têm garantido, dentre outros fatores, maior segurança e autonomia às mulheres. Ações não-governamentais, como, por

exemplo, a ONG AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – e o Instituto Patrícia Galvão, têm defendido e promovido os direitos legais das mulheres.

Contudo, como se pode observar, a maioria dos estudos e trabalhos de gênero no Brasil começou focando a condição feminina. Somente a partir da década de 1990 se observa no país um maior interesse acadêmico e social por estudos sobre a masculinidade, suas conseqüências individuais e sociais. O número de dissertações e teses sobre o tema aumentou em comparação com os anos anteriores; a rede de diálogo sobre gênero, feminismo e masculinidade começou a ser ampliada; agências de fomento à pesquisa passaram a se interessar pelo tema, bem como instituições sociais.

Neste processo, ainda que sejam restritos, vem aumentando o número de grupos de pesquisa sobre homens e masculinidade nos Núcleos de Estudo de Gênero e nas instituições governamentais e não-governamentais, interessadas em propiciar as discussões sobre masculinidade e defender os interesses dos homens.

Autores, como os mencionados no tópico anterior, vêm discutindo a condição masculina do homem brasileiro, suas peculiaridades e condutas. Alguns focando nas relações interpessoais, como Jablonski (1998), pontuam a dificuldade dos homens em se adaptar as novas relações de gênero. Outros, mais interessados nas questões sociais, como Nolasco (1994), tem investigado, por exemplo, a violência masculina.

Acompanhando as transformações ocorridas mundialmente no âmbito dos estudos de gênero, observa-se que a maioria dos trabalhos com homens emergiram como uma resposta a necessidades sociais e das mulheres e não como uma demanda dos próprios. Neste sentido, três temas mostram-se recorrentes nos recentes grupos de estudo e de trabalho com homens: a sexualidade reprodutiva, o combate à violência e a paternidade.

Conforme Nolasco (1993b), considerando as limitações impostas pelo modelo de masculinidade dominante, os trabalhos com homens têm buscado ampliar as possibilidades deles se identificarem com outros modelos de representação que não seja o definido pelo estereótipo do machão viril. Neste sentido, a paternidade e as relações de amizade são os primeiros aspectos a serem examinados por eles, seja através de trabalhos de reflexão, workshops ou grupos terapêuticos. Estes trabalhos permitem flexibilizar os projetos de ascensão social,

tornando-os mais adequados às efetivas possibilidades dos indivíduos e às limitações do contexto do qual fazem parte.

A Universidade Federal de Pernambuco e o Ministério da Saúde, por exemplo, vêm promovendo diversos programas sobre educação, saúde e masculinidade. O Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco (Nusp-UFPE), junto com o Grupo de Pesquisa e Ação Universos Masculinos, têm realizado o projeto “Promoção da Saúde dos Homens na Perspectiva da Educação Popular em Saúde”. Financiado pelo Ministério da Saúde, o projeto procura trabalhar questões de gênero e saúde, através da prevenção das principais causas de males que atingem os homens, como câncer de próstata e de pênis, riscos de violência e doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids). Através de seminários, grupos de teatro e outras metodologias, os ativistas estão tentando desenvolver reflexões sobre masculinidades, aumentar a participação popular e implementar políticas de saúde dos homens; contribuir com a formulação de políticas de saúde para os homens, a partir dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da mobilização social; e articular gestores/as, profissionais de saúde, pesquisadores/as e conselheiros/as de saúde para discutir iniciativas de atenção integral à saúde dos homens.

Diversas ONGs têm-se dedicado aos estudos da masculinidade também. A ECOS – Comunicação em Sexualidade –, por exemplo, vem desenvolvendo projetos com instituições governamentais e não governamentais há 17 anos. Defendendo os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, adolescentes e jovens, através de projetos sobre gravidez na adolescência, masculinidades, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, participação juvenil, prevenção ao uso indevido de drogas e violência, essa instituição tem produzido muitos materiais didáticos e projetos sociais que favorecem a mudança de comportamentos masculinos prejudiciais.

O Instituto PAPAI, sediado em Recife, por sua vez, vem desenvolvendo ações educativas, informativas e políticas junto a homens jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero. Segundo os organizadores desta instituição, não se pretende criar um campo de trabalho especializado no homem, mas sim agregar as atividades já desenvolvidas com mulheres em diferentes espaços, maximizando assim esforços e ampliando o impacto das ações. Neste sentido, o instituto PAPAI

mantém três grandes áreas de pesquisa. A primeira, "Saúde, Comunicação e Linguagem", baseada no feminismo, busca, atentando para as ações políticas direcionadas aos homens e à masculinidade em relação à saúde, gênero, sexualidade e reprodução, desenvolver atividades que favorecem a consolidação de uma plataforma política para os homens. A segunda área de pesquisa, "Saúde e Direito Reprodutivos", visa, através do desenvolvimento de estratégias de pesquisa e intervenção social e política, promover o reconhecimento da importância da participação de homens no contexto dos direitos sexuais reprodutivos. A terceira, "Sexualidade e Sociedade", busca, através do desenvolvimento de estratégias de pesquisa e intervenção sócio-pedagógica, promover a formação política de jovens no contexto de prevenção das DST, fortalecendo, assim, a ação social civil organizada pelo controle social e do diálogo em rede.

No Rio de Janeiro, destaca-se o Instituto Noos - Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais -, que vem realizando, com parcerias diversas, pesquisas sobre gênero, masculinidade e violência. O instituto não se restringe à pesquisa. Realizando atividades com homens, especialmente através de grupos de reflexão, tem buscado propiciar neles maior reflexão sobre masculinidade e gênero, e maior assunção da responsabilidade por seus atos violentos. Nos últimos anos, o Noos tem conseguido resultados significativos no combate à violência masculina, e tem realizado projetos com grupos de homens com outras particularidades, como, por exemplo, policiais militares. O Instituto destaca-se, ainda, por sua luta política contra a violência de gênero. Atentando ao fato de que as penas legais tradicionais para os agressores domésticos não têm resolvido a questão, pelo contrário, a tem agravado, o instituto vem, há alguns anos, tentando promover a utilização da metodologia de grupos reflexivos de gênero como medida alternativa ao processo penal e/ou ao encarceramento, conjugado com a aplicação de uma pena alternativa a homens denunciados como autores de violência contra mulheres. Hoje, o Noos realiza grupos de reflexão com homens autores de violência em duas unidades no estado do Rio de Janeiro, no Hospital Pedro II, em parceria com o Juizado Especial Criminal de Santa Cruz, e na Central de Penas e Medidas Alternativas de São Gonçalo (Acosta et al., 2004).

Conforme apontado nos trabalhos acima, vem aumentando o interesse e a problematização da masculinidade na academia e na sociedade brasileira. Embora

os projetos comentados tenham trazido mais qualidade de vida, observa-se que a adesão dos homens ainda é muito tímida. Neste sentido, salienta-se que todos estes projetos são oriundos de movimentos externos e não próprios dos homens, ou seja, eles são impostos, oferecidos e não requisitados pelos homens. Esta condição pode ser responsável por sentimentos de exigência e cobrança, que, por sua vez, podem aumentar ainda mais a resistência dos homens em aderir a esses trabalhos.

Ressalta-se ainda, conforme os dados estatísticos apresentados por Nolasco (1994), a masculinidade é, dentre outras coisas, uma questão de saúde e segurança pública. Estudos que privilegiem investigações sobre a masculinidade são fundamentais para se compreender as dinâmicas de gênero e, assim, se poder realizar qualquer trabalho no sentido de transformá-las, garantindo mais qualidade de vida para toda a população.